

Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres

- 9 - Promover a assistência às vítimas da violência doméstica com Casa Abrigo que ofereçam tratamento psicológico, apoio financeiro, enfatizando a dignidade e a auto-estima.
- Promover a inserção das mulheres vítimas de violência doméstica que estão sob regime de medidas protetivas na Casa Abrigo e Casa de Passagem para inclusão social e econômica dando prioridade a essas mulheres, nos programas sociais do governo, como também uma rede de qualificação profissional para inclusão no mercado de trabalho (SESC, SESI, SENAI, ONG's, Universidades, CET's, SINE, etc)

Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres

10 - Proteger às mulheres em situação de violência.

- Efetivar as medidas legais cabíveis para que os agressores sejam afastados do lar/local da agressão;
- Articular os representantes dos Conselhos Tutelares para identificar, orientar e ajudar os filhos menores que sofrem com a violência doméstica e familiar;



Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres

- Assegurar atendimento e assistência qualificada às mulheres lésbicas vítimas de violência doméstica e intrafamiliar dentro da aplicação da Lei Maria da Penha, realizando campanhas publicitárias (material gráfico, propagandas na TV e na rádio) de combate à lesbofobia e capacitando profissionais de segurança pública quanto à aplicação de lei nestes casos;

Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres

- Humanizar as instituições penais no atendimento às mulheres, com programas voltados à reconstrução dos vínculos familiares, capacitação profissional, apoio psicológico entre outras ações;
- Instalar câmeras nos principais meios de transporte público (ônibus, trens e metrô) como forma de coibir a violência nesses lugares, especialmente a violência e o assédio contra as mulheres;



Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres

- Melhorar a iluminação pública e do transporte público, inclusive no período noturno, para que as mulheres possam estudar, trabalhar e ter lazer.
- Criar programa para proteção integral da mulher vítima de violência doméstica, familiar e urbana, em situação de risco, para quando o agressor for posto em liberdade ou a vítima deixar a Casa Abrigo ou proteção do Estado.

Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres

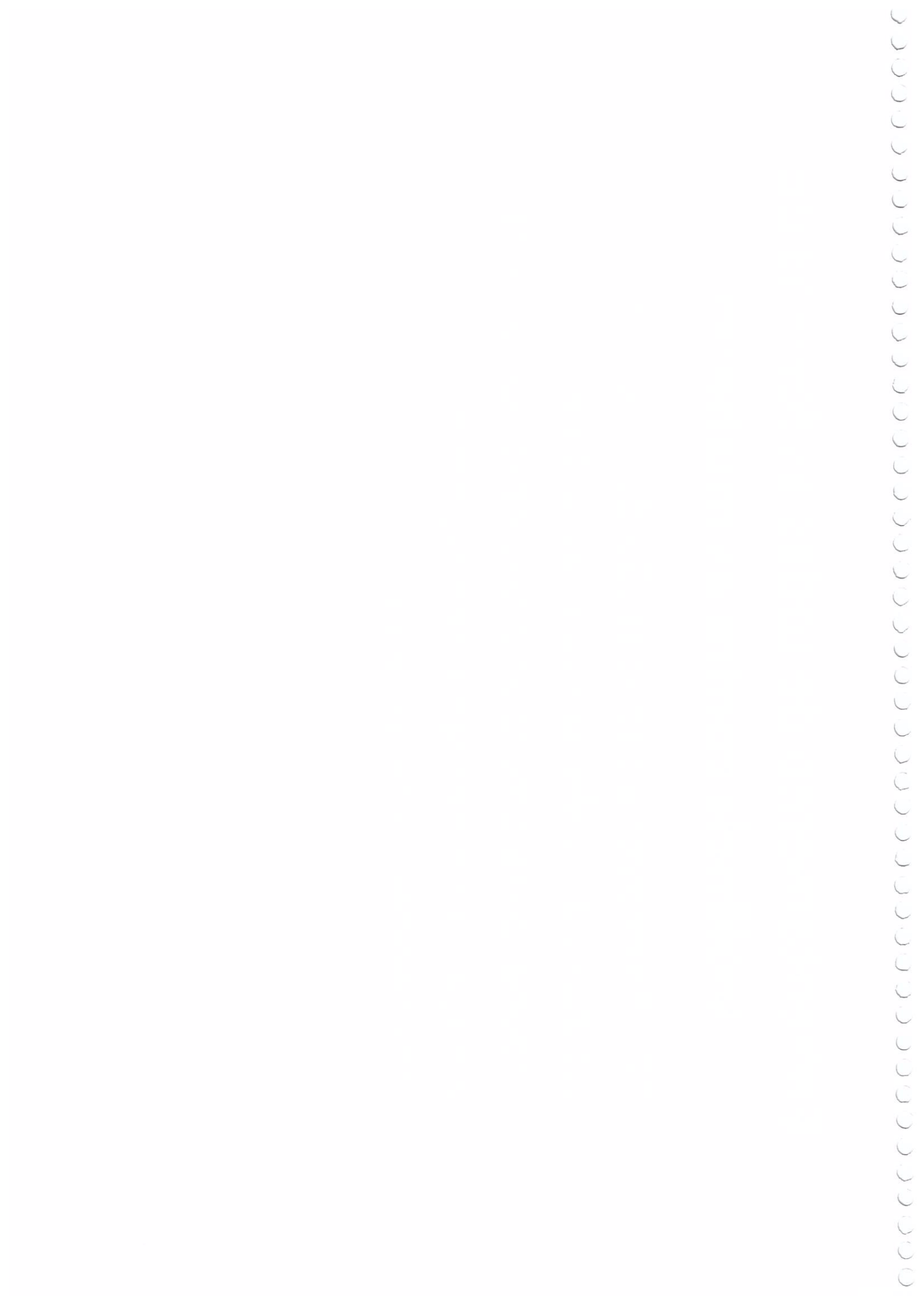
11 - Articular e integrar os serviços de atendimento e assistência às vítimas de violência e seus familiares da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal, Secretária de Estado de Segurança Pública, Poder Judiciário, dentre outros.

- Ampliar as ações de proteção, assistência social, jurídica, psicológica e apoio financeiro para as vítimas da violência, e seus respectivos familiares.



Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres

12 - Promover a capacitação das mulheres, vítimas da violência doméstica, familiar e urbana, para propiciar o seu empoderamento, geração de emprego e renda, em pró da independência financeira.



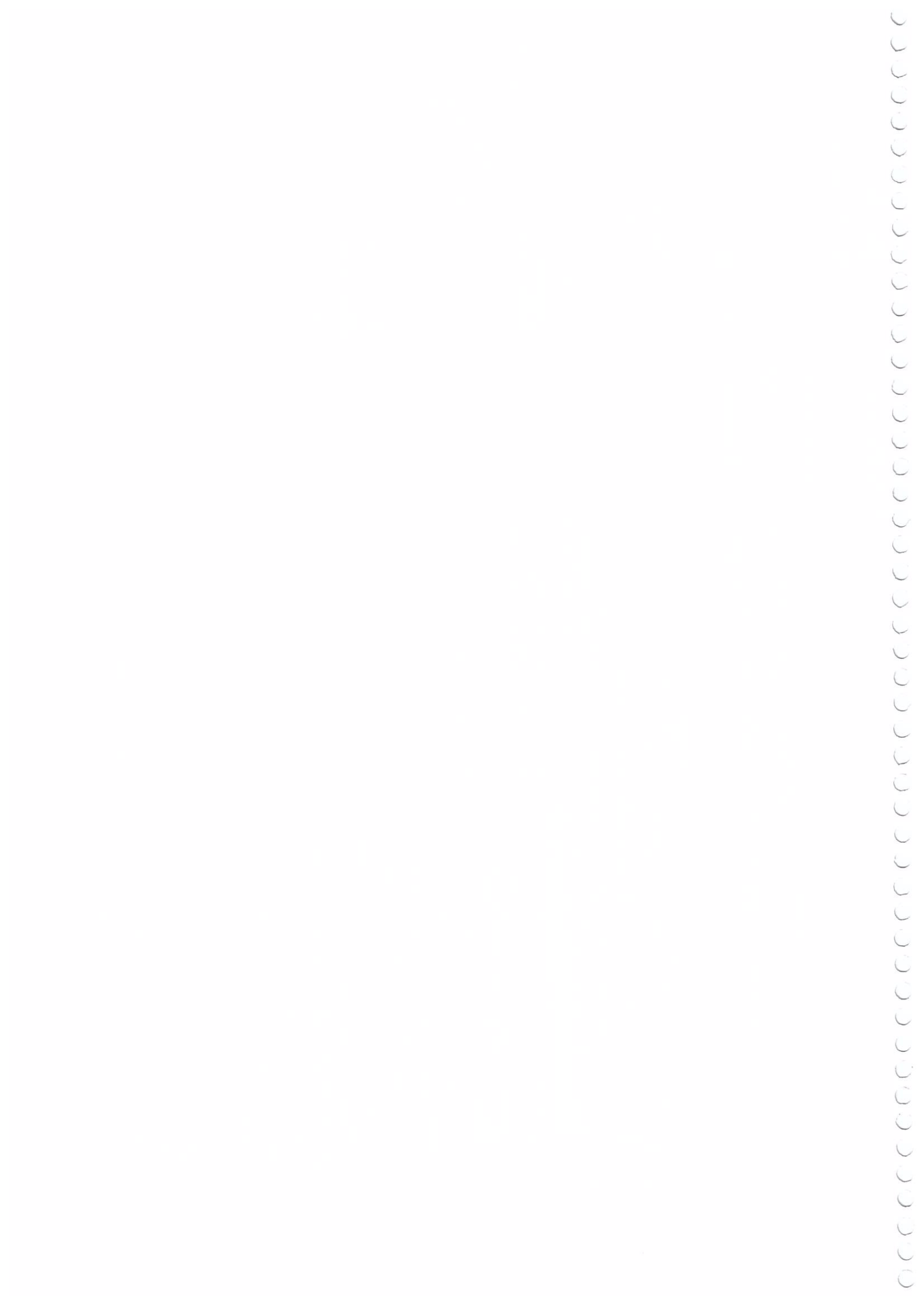
Relatorias: Karen Henriques
Gleiz Montenegro

Quorão

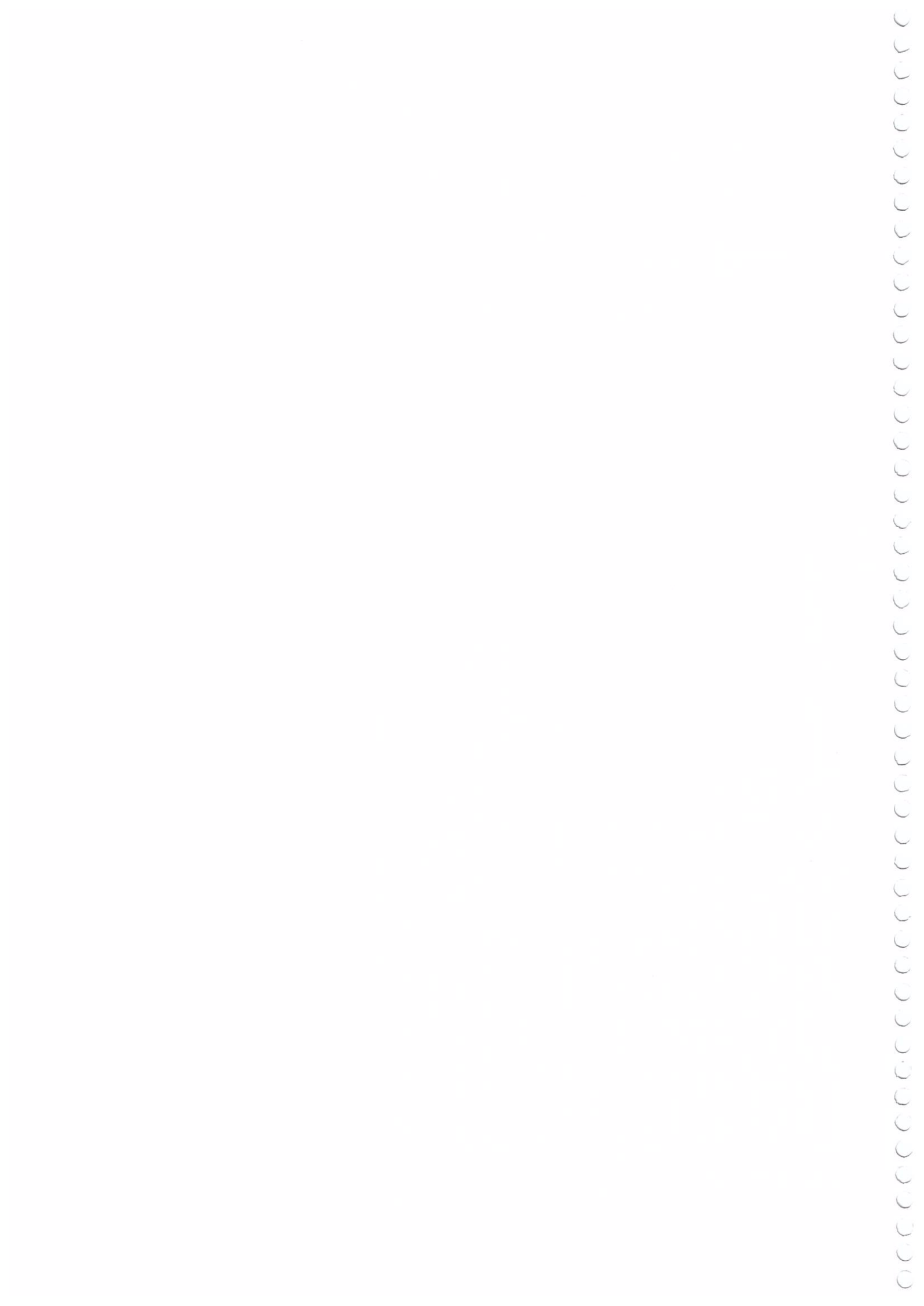
CONTROLE DE INSCRIÇÃO DOS GRUPOS TEMÁTICOS

5- Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão;

	NOME	DOCUMENTO
1	Caruso Silva do Prado	
2	Eliana Barbosa de Souza Carvalho	ID: 1.552.542
3	Rita Lygia da Silva Souto	ID: 2249721
4	MARIA NORMA ALVES NOGUEIRA	ID: 915.513
5	MARIA NORMA ALVES NOGUEIRA	626.387
6	Maria Vicentina da Silva Almeida Casella	403.810 403.810 DF
7	Barbara Santos Baur	339.874
8	Rosemilda Santos de Almeida	913.614 SSP. JF
9	Gracielly Alves Delgado	141.2486 SSP. JF
10	Magnolia Maria Jose Gomes	198.896
11	Zulmira Pires da Silva	916.532 DF
12	Joséane Lima dos Santos	864.118 DF 864.118 DF
13	Elaine Marinho Faria	995.873 SE 995.873 SE
14	Márcia Ricardina S. de Almeida	206.734 DF
15	Robson Santos Camara Silva	178.737 DF
16	Wilma dos Reis Rodrigues	778.424 MA
17	Flávia Portela	202.6676 DF
18	Cléria Nunes Alves	482.628 DF
19	Edilene Freitas	155.2109 DF
20	Marcelo dos Prazeres Batista de Carvalho	648.546 DF
21	Rosana Magalhães de Souza Moreira	26.4358 DF
22	Ismael Teixeira Magalhães	4080.268 GO
		172.8265 DF



23	Samira Magalhães de Souza Moreira	2792153 DT
24	Camila Maria de Andrade Pereira	03303818142 CPF
25	Claudio Pereira Fainha	1648719 SSP-DF
26	Cintia Pereira Fainha	2202358 DT
27	Selenir Pereira Braga Antonio	1313199 DF
28	Shais Romanelli Leite	1388840 DT
29	Lidiane Mendes da Conceição	1426476 DF
30	Eliceuda Silva de França	805377 DF
31	Lucia Divina Barreira Bessa	8185 DAB/DF
32	Laura Emilia Cabral Lima	1475466 DF
33	Maria Antônia Raulque Magalhães	183470 DF
34	Francinilde Miguel	230944 DF
35	Gasparina Fonseca Meis Caldeira	1862957 DT
36	Vanilde de Fátima Pereira Papa	522410 DF
37	Ruiziane de Fátima Neiva	1981330 DF
38	Ana Maria de Paiva	1228781 SSP-DF
39	Virginia da Silva Correa	3247127 SC
40	Quacira Ceron de Oliveira	02722777 Passaporte



Grupo 5

Participação das Mulheres nos espaços de poder e decisão

- Tenho um histórico da minha profissão que é excludente com relação as mulheres, sou da área de tecnologia de informática, na área diplomática.
- Na universidade era a única mulher da turma, pra chegar onde estou, pude perceber que se não lutarmos pela paridade nos espaços, não vamos alcançá-los nunca. Se estivermos apenas nos 30%, seremos sempre votos vencidos.
- Uma das principais bandeiras é a paridade. E pra alcançar esses espaços a gente precisa de capacitação pra alcançar essa paridade e educação.
- Ninguém tocou no assunto do analfabetismo digital e tecnológico, que hoje é o que abre um enorme buraco entre a mulher e o mercado de trabalho e posteriormente alcançar lugares de poder.

Vanuza

- Apenas algumas das propostas são iguais da nacional e da secretaria.
A secretaria deve deixar de ser só uma secretaria com nome e nenhum orçamento, questione na campanha política o governo fez a promessa que haveria paridade de gênero nesse governo, e será se temos 30 ou 50% de administradoras, de secretarias? Cadê nossas deputadas que não estão aqui para nos escutar?
- Será que basta ser mulher e assumir o poder que necessariamente você está levando a bandeira feminista?
- A gente sabe que as mulheres são usadas como escadas para os homens alcançarem o poder, somos maioria nos movimentos sociais, mas na hora de assumir o poder, é o homem que assume. O espaço político para as mulheres são restritos. As mulheres não tem nenhum suporte no partidos.
- E daí temos mulheres eleitas só por serem parentes ou muito ligadas a políticos ou por serem empresarias poderosas.

Leiliane

- Temos que buscar principalmente a paridade, não a de 30% mas sim a de 50% por cento, para tudo.

Normelia

- Na base não estamos organizadas, discordando das mulheres que estão no poder, isso parte da organização, então temos que nos organizar nesses espaços, se não fizermos isso, tivermos essa organização não vamos ocupar nosso espaço nunca. talvez no campo estamos mais organizadas que na cidade, então essa organização é fundamental. O princípio é irmos pra luta, de fato essa paridade é sé no papel então temos que lutar sim por essa paridade. Temos que chamar as mulheres para a luta todos devemos estar juntos. Se não fizermos isso vai ficar sempre tudo igual.
- A gente precisa de uma sencibilização entre nos mulheres, precisamos nos unir, ir para a luta, precisamos brigar para estabelecer políticas, mas para isso precisamos estar organizadas.

Claudia

- A gente vive o machismo diariamente, um exemplo claro do Rafinha Bastos, quantas mulheres não devem ter rido do que ele disse, então as mulheres também precisam se educar. No movimento estudantil, quando participei, para ser escutada eu precisava subir na mesa, então vi o quanto era escluída, a partir daí comecei a refletir o assunto. Em 1995 Marta Suplicy apresentou a proposta de cota de 20%, em 1997 os 30% por cento reservado. A partir de 2009 se tornou obrigatório. Temos que discutir não cota de 50 mas sim a lista de alternância de gênero e nos fazemos que a inclusão dessas mulheres sejam garantidas. Numericamente somos mais alfabetizadas que os homens mas isso não nos qualifica pra assumir certos lugares. Temos que fazer reflexão partindo da nossa realidade, pra fazermos uma coisa maior.
- Na conferência regional, um homem se pos a ser delegado, então acho que isso é errados, pos nos temos que ser protagonistas da nossa própria história, e não um homem falar por nós. nos precisamos no auto organizar pra que não saiam delegados homens, que 100 por cento seja mulher.

Wilma

- O protagonismo é importante mas não é tudo. Se fizer uma leitura das mulheres que estão na câmara, se não tiver a máquina do sindicato, se não for de uma corrente forte do partido e nem um vínculo familiar forte, você provavelmente não será eleita.
- O sistema da forma que esta organizada não permite as mulheres numa cadeia.
- Aparece financiamento publico em campanhas, então as mulheres poderão fazer suas campanhas .
- Proponho nos próprios documentos da secretária colocar primeiro mulher es depois o nome 'homem' . Mudar todo o texto da conferencia.
- Nos documentos do GDF, constar no orçamento poder e participação política para as mulheres, que isso conste nos documentos do GDF.
- Além de negras, indígenas, nos sistemas e registros. Colocar o item raça cor.
- As propostas do fórum é bastante abrangente e deve ser incorporado na integra no relatório do grupo. Quero concordar também que espaço de poder não são só esses que estamos lutando.
A necessidade de fortalecer os organismos das mulheres que tratam dos temas, judiciários legislativo.

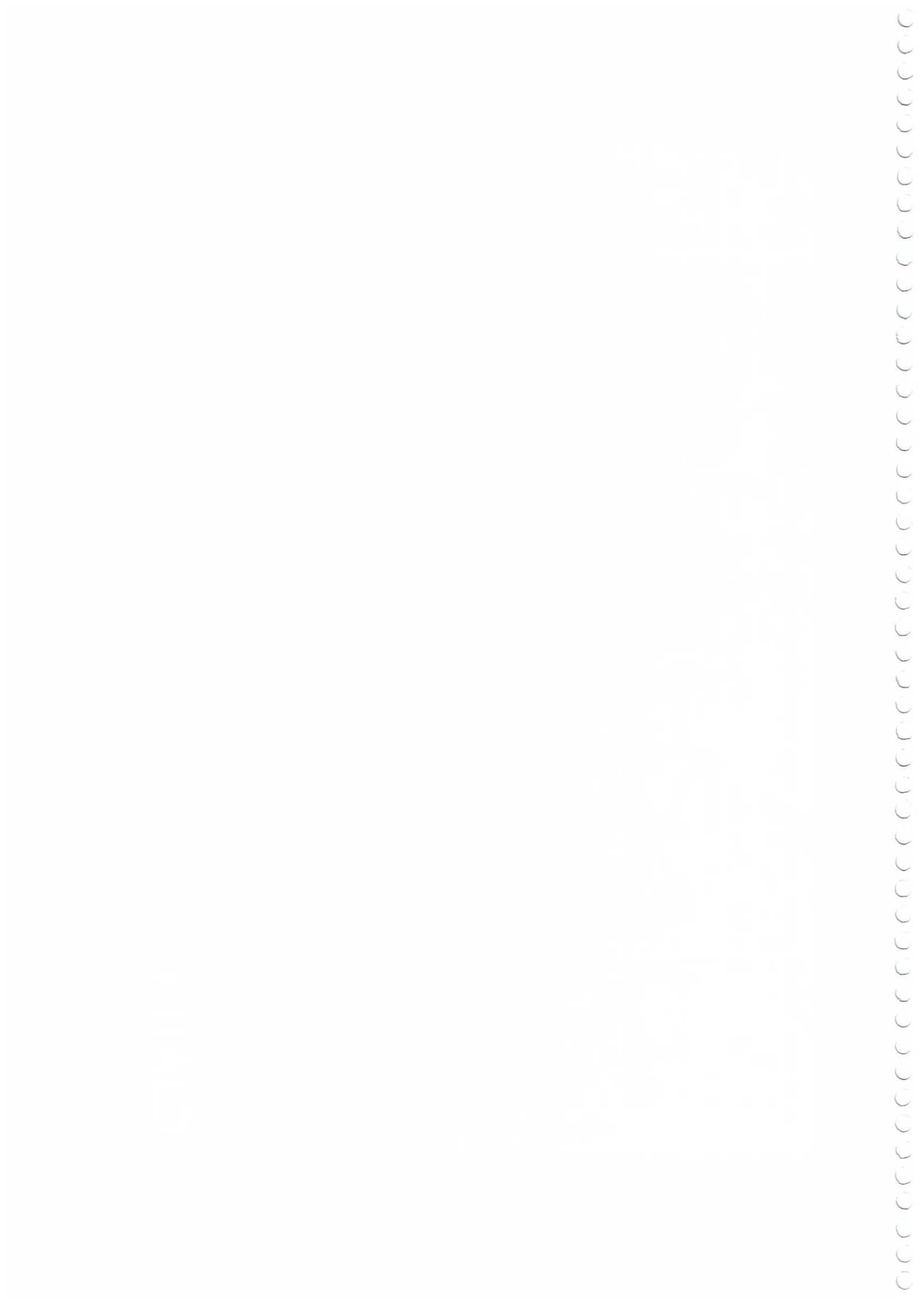
Joseanis

- Na proposta do caderno de proposta o ultimo item, na realidade o nível federal já existe esse programa, todos os eventos .gov em relação as mulheres a gente vê que mascara tudo o tempo todo. Na pratica as empresas não fazem nada que justifique darem nome que eleve a empresa.
- A gente tem tudo escrito, mas na pratica não conseguimos efetivar.
- Então pra todas as propostas precisamos de mecanismos que garanta que isso tudo seja garantido.

Vanuza

- É importante ampliar a divulgação dessas conferências.

Clélia



Conferência Distrital de Políticas para Mulheres do Distrito Federal

Propostas para o grupo ^{cinco}~~seis~~

- y.6
- mídia
- mídia
- mídia
1. Introduzir/criar na educação básica práticas e espaços pedagógicos que estimulem as meninas e as adolescentes desenvolverem seu protagonismo e liderança.
 2. Garantir a ocupação de ~~40%~~ dos cargos de direção, por mulheres, nas empresas e órgãos públicos.
 3. Realizar campanhas periódicas, divulgando os avanços nas lutas das mulheres e estimulando-as a lutar pela ocupação de cargos de decisão e de liderança.
 4. Realizar campanhas periódicas estimulando e valorizando a divisão do trabalho doméstico.
 5. Realizar amplo estudo sobre o percurso de vida das mulheres que se tornaram lideranças expressivas em nossa sociedade.
 6. Estimular a produção de vídeos e filmes sobre a vida de lideranças femininas e dar a eles ampla divulgação.
 7. Realizar concurso nacional para as escolas da educação básica e do ensino médio sobre Mulheres e poder; Mulheres líderes; Mulheres feministas, etc.
 8. Garantir, nos programas de formação em profissões com recorte masculino, uma cota de 30% para mulheres jovens.
 9. Garantir na programação de atividades das creches e escolas, espaços de discussão para as mães e pais, sobre o tema da educação de meninas, meninos e adolescentes, enfatizando o protagonismo e autonomia das meninas.
 10. Garantir a realização de cursos que preparem as mulheres para a ocupação de cargos de liderança.

maria
(M. Ricardina Almeida)

5º - 30 ou 40%

8464 5644

Wilma.

→



3ª. Conferência Distrital de Políticas par as Mulheres

RELATÓRIO DO GRUPO SOBRE
PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER E DECISÃO

Coordenação: Vanusa S. Araújo – FENADADOS

Relatoria: Guacira Cesar de Oliveira – CFEMEA / Fórum de Mulheres do DF

Participantes: Vléria Nunes Alves

Leiliane Cristina Lopes Rebouças

MARIA Normélia Alves Nogueira

Magnólia Maria José Gomes

Cintia Pereira Farinha

Cláudia Farinha

Wilma dos Reis Rodrigues

Joscanes Leima dos Santos

É preciso enfrentar desafios políticos para avançar na participação política das mulheres e nos espaços de poder e decisão. Uma estratégia fundamental de poder é o fortalecimento do movimento de mulheres. A auto-organização do movimento, seu crescimento e fortalecimento, são fundamentais para formar as mulheres politicamente e construir possibilidades de transformar o poder, mudar a forma como ele é exercido, no sentido de democratizá-lo, seja nos espaços de organização dos movimentos sociais, do movimento sindical, da sociedade civil de uma maneira geral, nos partidos políticos, na Câmara, no Senado, nos governos municipais, estaduais e federal etc.

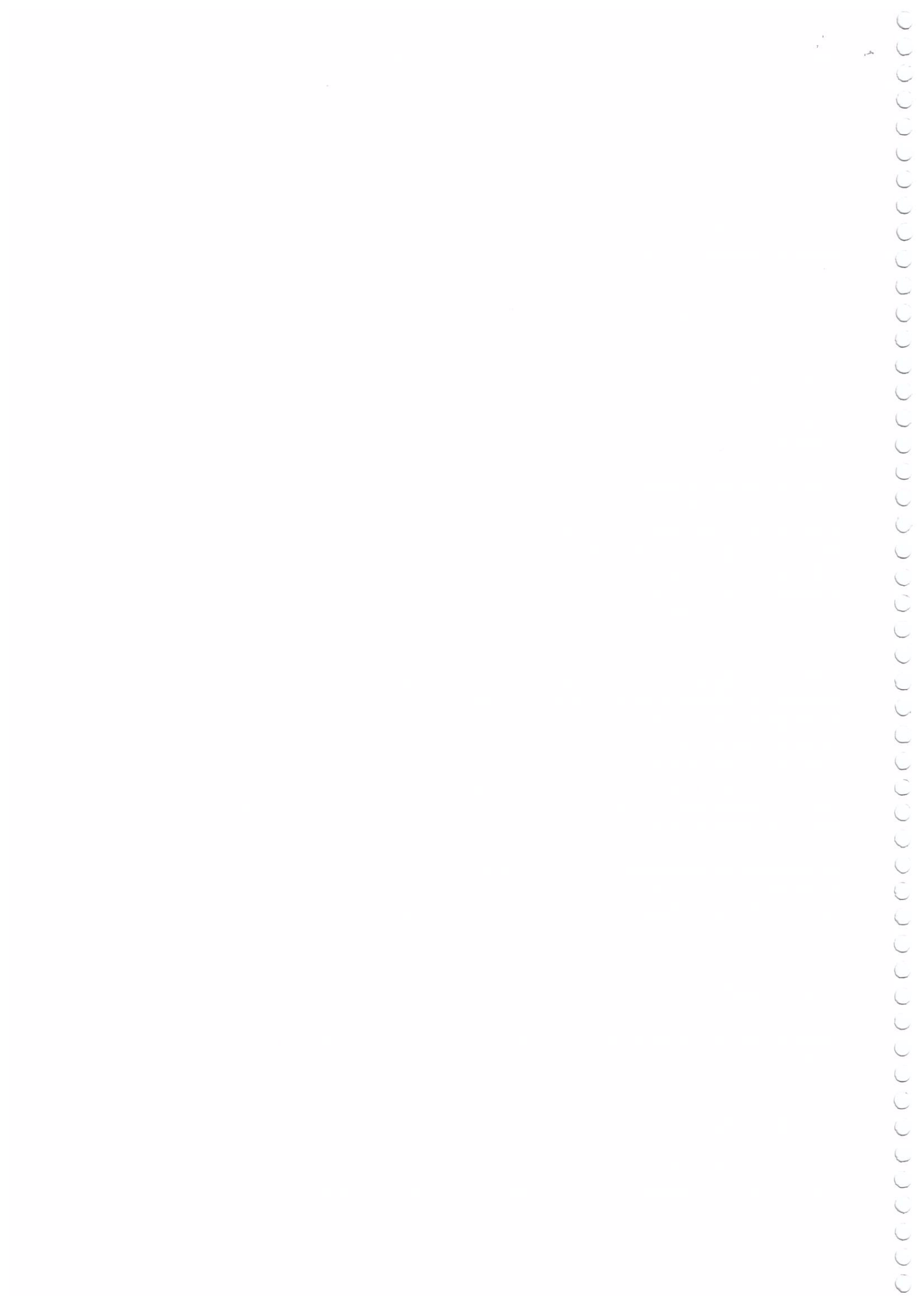
A democracia direta, o exercício do poder de cidadã é muito importante para que nós mulheres possamos ter o direito de decidir. Os mecanismos da democracia participativa também são muito importante para nós mulheres, é aí que estamos massivamente. Entretanto, atualmente, nem os mecanismos da democracia participativa, nem da democracia cidadã têm espaço para decidir realmente. O poder está muito concentrado nos espaços da representação política (legislativo e executivo), onde as estruturas dominantes nos impedem de chegar lá, a despeito do protagonismo e liderança exercida pelas mulheres em muitos espaços. Fatores como a falta de tempo para fazer política em decorrência da dupla jornada de trabalho, das várias formas de violência contra as mulheres, da ausência e/ou fragilidade das políticas públicas para as mulheres, os custos elevadíssimos das campanhas, os gargalos patriarcais que existem nos partidos, da re-eleição como mecanismo de manutenção do poder, o descumprimento contínuo da lei de quotas, todos esses fatores atuam obstaculizando a participação das mulheres no Legislativo e no Executivo.

NOSSAS PROPOSTAS:

Fortalecimento da democracia direta por meio do fortalecimento de seus mecanismos (plebiscito, referendos e iniciativa popular) e garantia de financiamento público exclusivo para a realização de plebiscitos e referendos.

Financiamento público exclusivo de campanhas político-eleitorais.

Paridade nos espaços de poder. Voto em listas partidárias fechadas e pré-ordenadas, assegurada a alternância entre candidatas mulheres e candidatos homens (começando pelas mulheres; e a



observação de critérios étnico-raciais, geracionais, LGBT etc. As listas devem ser obrigatoriamente definidas em prévias partidárias.

30% dos fundos partidários para organismos que representem as mulheres, recursos estes dirigidos para sua capacitação em seus respectivos partidos políticos.

Exigência de fidelidade partidária e que os mandatos pertençam efetivamente aos partidos políticos. Limitação do número de mandatos, pois isso é fundamental para a renovação. Controle coletivo sobre os mandatos.

Inclusão do quesito raça/cor nos formulários de inscrição de candidatas/os do TSE.

Comprometer o TSE com a realização de campanha nacional para a divulgação dos direitos das mulheres candidatas nas eleições, sobre as exigências da lei especialmente no que se refere às ações afirmativas para superar a sub-representação das mulheres nos espaços de poder e decisão.

Estimular e fortalecer a articulação entre as instâncias de mulheres em partidos políticos.

Criar campanhas e mecanismos que facilitem a presença e a representação das mulheres para o controle das políticas de área (conselhos de saúde, comitês de mortalidade materna, conselhos da criança e do adolescente, conselho de idosos etc.), atuar para que a presença das mulheres se dê a partir da ótica de gênero e feminista.

As empresas públicas devem aprofundar estratégias e desenvolver novos mecanismos para dar efetividade aos objetivos e medidas e alcançar as metas previstas no Programa Pró-Equidade de Gênero.

As empresas públicas têm de orientar parcela do seu investimento social para apoiar iniciativas das organizações de mulheres voltadas ao empoderamento e a igualdade de direitos para as mulheres, considerando inclusive o caráter multidimensional da desigualdade vivida pelas mulheres (em decorrência do sexismo, racismo, do etnocentrismo, a lesbofobia).

Garantir o funcionamento do Orçamento Participativo em todos os municípios, unidades federativas e no âmbito federal, assegurando que as população decida sobre a alocação de volumes significativos do orçamento público.

Garantir maior representação das mulheres como delegadas e conselheiras, de forma a ampliar o debate sobre suas demandas específicas e diminuir as desigualdades que enfrentam. Para isso é indispensável a realização de uma ampla plenária das mulheres. Nos anos de intervalo das Conferências, a fim de potencializar a participação das mulheres e as demandas de políticas públicas para as mulheres no Orçamento Participativo, ou que sejam de seu interesse.

Garantir, junto às Administrações Regionais um espaço vinculado à Secretaria de Políticas para as Mulheres de modo a conduzir e acelerar o processo de formulação, desenvolvimento e monitoramento das políticas públicas na direção da igualdade de gênero, construindo-se um vínculo permanente entre estes canais de governo.

Que o GDF invista na Secretaria de Políticas para as Mulheres, assegurando-lhe orçamento próprio, equipe de trabalho e poder de decisão, possibilitando uma relação horizontal com as demais secretarias e a construção de ações e políticas para as mulheres.

Ampliar as ações orçamentárias previstas no PPA 2012-2015 voltadas às mulheres, sob a

responsabilidade de diferentes áreas do GDF, de modo a assegurar o financiamento de iniciativas alicerçadas na Política Nacional para as Mulheres, inclusive considerando as propostas aprovadas na 3 Conferência Distrital de Políticas para as Mulheres. Afinal, se os resultados dessa 3 Conferência não tiverem sustentação no Orçamento Público, serão em grande parte inócuos.

Assegurar que entre as novas ações orçamentárias, haja medidas orientadas à formação política e ao empoderamento das mulheres.

Criar em cada uma das regiões administrativas Centros de Referência de políticas públicas ou Centros de Cidadania das Mulheres com equipes multiprofissional, onde se articulem diferentes serviços públicos para atender às mulheres.

Reorganizar o Conselho dos Direitos da Mulher e ampliar a participação de setores e segmentos particularmente marginalizados, como as mulheres indígenas, trabalhadoras domésticas e donas de casa, em conta a diversidade das mulheres que aqui vivem no DF.

Estabelecer procedimentos para a democratização do Conselho dos Direitos da Mulher, que permitam a participação efetiva das representações da sociedade civil. Criar instrumentos e assegurar os recursos necessários (de informação, técnicos e financeiros) para o efetivo exercício do controle social em relação aos direitos e as políticas para as mulheres.

Não admitir, em hipótese alguma, que a Presidência de Conselhos da Mulher possa ser exercida por homens. Nesse sentido, adotar providências imediatas para acabar com a situação estapafúrdia que se verifica no Ceilândia (um homem está presidindo o Conselho).

Realizar as próximas Conferências de Políticas para as Mulheres antes da definição do PPA – Planos Plurianuais do Distrito Federal e do Brasil, de maneira que os planejamentos orçamentários dos governos estejam comprometidos com as deliberações das Conferências.

Os mecanismos de transparência dos PPA's devem ser aprimorados, permitindo o monitoramento de sua execução pela sociedade civil em tempo real. Programas e ações devem incluir indicadores de gênero e raça, permitindo uma reavaliação constante das ações governamentais sobre as desigualdades, o efetivo controle social sobre esse processo.

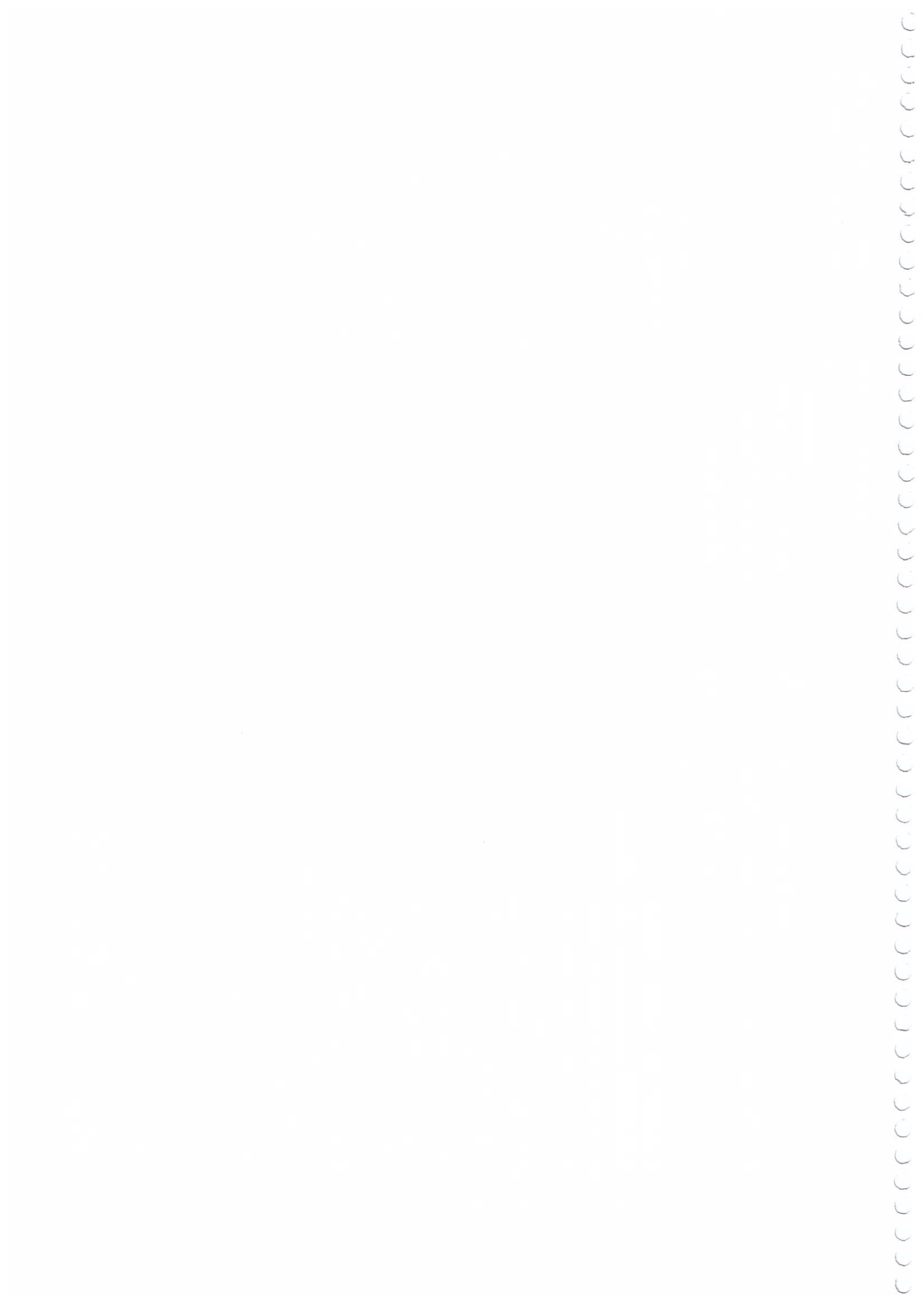
Implantar o Programa Pró Equidade de gênero e raça em todas as secretarias e instituições governamentais do DF, com o objetivo de desenvolver novas concepções de gestão de pessoas e na cultura organizacional do GDF, para a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e no desenvolvimento de políticas de humanização dos atendimentos públicos.

Relatores: Giovanni Ribeiro Almeida
 Triângulo metropolitanos bilíngues
 Brasil

CONTROLE DE INSCRIÇÃO DOS GRUPOS TEMATICOS

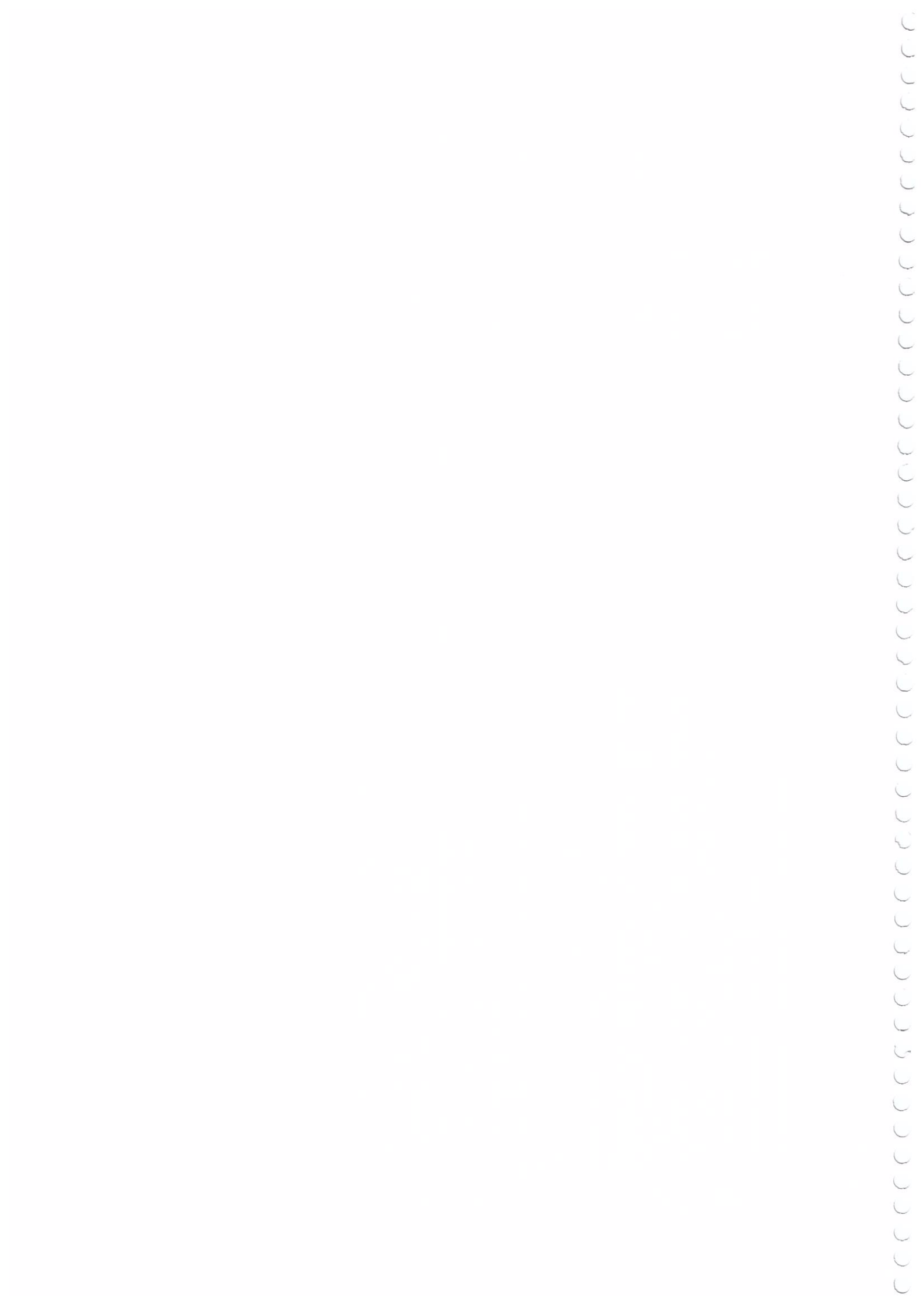
6- Desenvolvimento sustentável no meio rural e na cidade, com justiça social e ambiental, e segurança alimentar;

	NOME	DOCUMENTO
1	Luciane da Costa Braga	2354-250
2	Edileuza Laurentino de Souza	1319951 DF
3	Edileuza Laurentino Bezerra	834192 DF
4	Lúcia Cesar de Oliveira	
5	Marlene Teodoro Ramos	284112 DF
6	Amilton Teodoro Ramos	1511296 DF
7	Francelina Silveira A. Oliveira	11665893-2 MA
8	Gi Marinildes Pires	2.799.544 DF
9	Valdivino de Paula	216.473 DF
10	Salima Nagi Passamani	22.227.880 DF
11	Maria Consolidação Udry	5907174 DF
12	Luciene Alves da Silva	522.659.22 DF
13	Márcio Felix M. de Araújo	1934641 DF
14	Geany's Rodrigues Vilhalba	931128 MS
15	Alexandre Luis Giehl	3104253 SC
16	Juanete Alves Oliveira	Rg. 878745 - DF
17	Fraisl Riton	5032454232 MS
18	Glenn Valente Rodrigues	011655 SSP DF
19	Celia M ^{te} Nunes	856459 SSP DF
20	Anelino Nunes	4027110 SSP DF
21	Regiane Magalhães	14876070 SSP DF
22	Márcia Rodrigues Nagy	
23	Regiane Elo Aguiar	1414522-DF



Grupo 6

24	Claudia Regina Carvalho		
25	Pablo Felipe Vinifera		1691580-DF
26	Leila R. Lopes		8037314799 DF
27	YARA HEENA F. NAKIETKA		1573 117 1DF
28	Giovanni KLEBER A. DE SOUSA JÚNIOR		2890 985. DF
29	Yldes Alia		1923159-DF
30	Wenderson Bandeira de Sousa Martins		904-244-DF
31	Edna R. de Carvalho		2.267.456 DF
32	Fabiana A. Sousa de Andrade		1853762 - DF
33	Bonleu Maria da Rocha		1427216 SSP/DF
34	Raquel Ines de Souza Chaul		376 597 SSP/DF
35	Diana Lopes		0244747890 SSP/B4
36	Uirani dos Santos Luna		1895250 SSP/DF
37	Maria Eliete Santos F do Nascimento de Freitas		1570405 SSP/DF
38	Franci Jor de Freitas		358613 SSP/DF
39	Vera Lucia Guimaraes		
40	Maria Angelica Sena Siqueira		



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO MEIO RURAL E URBANO, COM JUSTIÇA SOCIAL AMBIENTAL, E SOBERANIA ALIMENTAR

Mulheres e feminismo e a luta contra a mercantilização do meio ambiente e a privatização dos serviços públicos. E por soberania alimentar.

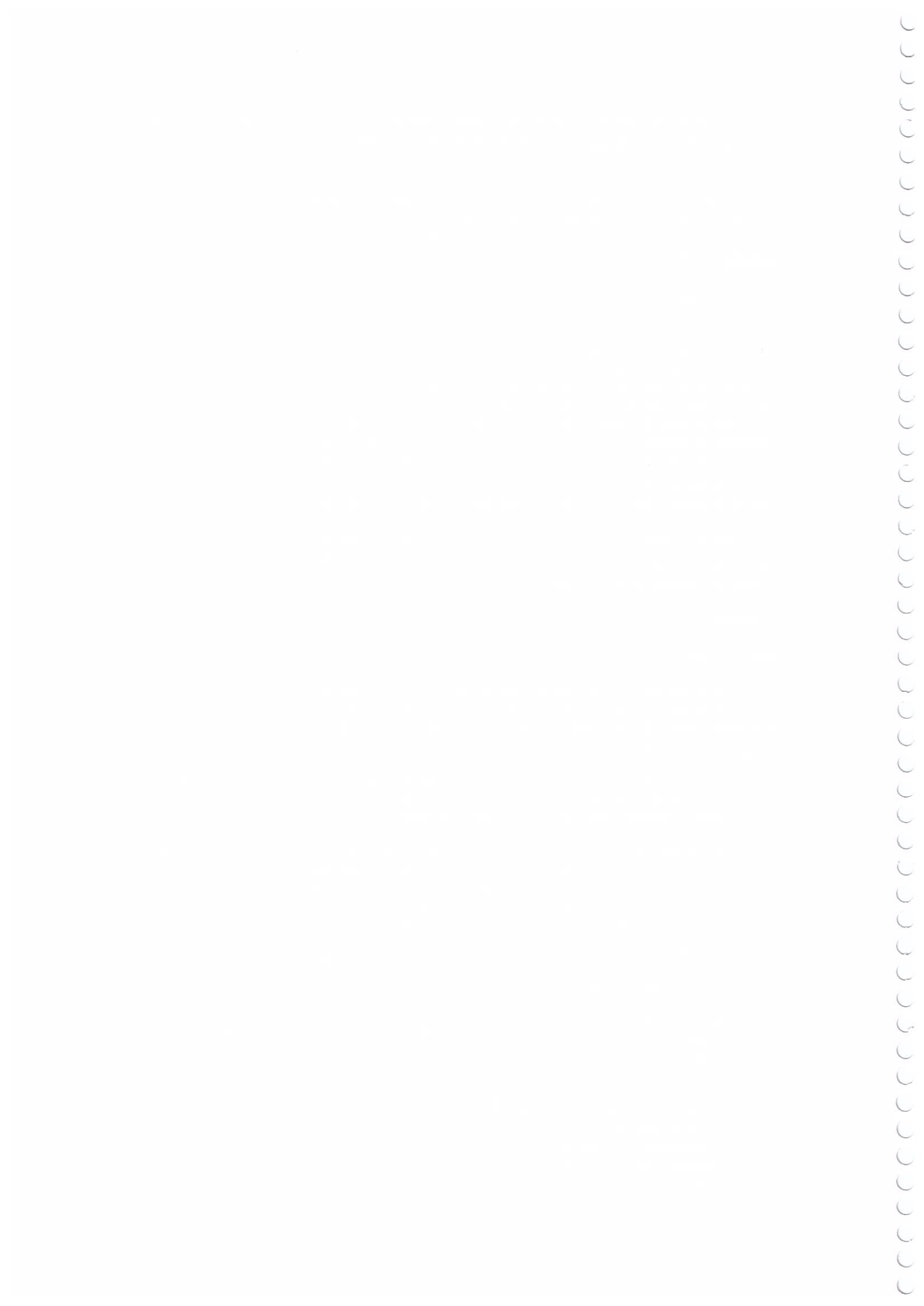
Conflitos relativos a temas do meio ambiente ou a luta por acesso a serviços públicos e de boa qualidade, mobilizam as mulheres pela posição, socialmente construída que ocupamos na sociedade. Somos as principais responsáveis pela alimentação e educação de nossas família, pela provisão da água, pelo cuidado dos doentes, pela coleta da lenha que garante que haja energia em casa. O tempo das mulheres é considerado pelos sistemas capitalista e patriarcal como ilimitado e inesgotável. Os serviços estatais são privatizados e aqueles que não tem acesso ao mercado por limitações econômicas dependem de serviços públicos de má qualidade, o que incrementa exponencialmente a carga horária das mulheres – tempo passado em filas para receber alimentos ou água, tempo dedicado a educação dos filhos quando esses não recebem um bom ensino nas escolas, tempo esperando por atenção médica para as crianças e velhos. Queremos compartilhar esse trabalho com os homens e ao mesmo tempo mudar as condições em que ele é feito. o feminismo constrói uma critica ao modelo de desenvolvimento hegemônico. Propõem substituir o paradigma dominante de desenvolvimento, caracterizado pela integração ao sistema capitalista e a uma sociedade de mercado, pelo paradigma da sustentabilidade da vida humana “entendida como relação dinâmica e harmônica entre humanidade e natureza e entre humanos e humanas”.

As mulheres presentes na III conferencia do DF compreendem desenvolvimento sustentável como algo possível desde que haja uma mudança neste sistema concentrador de recursos que viola os direitos do conjunto do povo brasileiro.

Propostas:

Mudar o titulo...

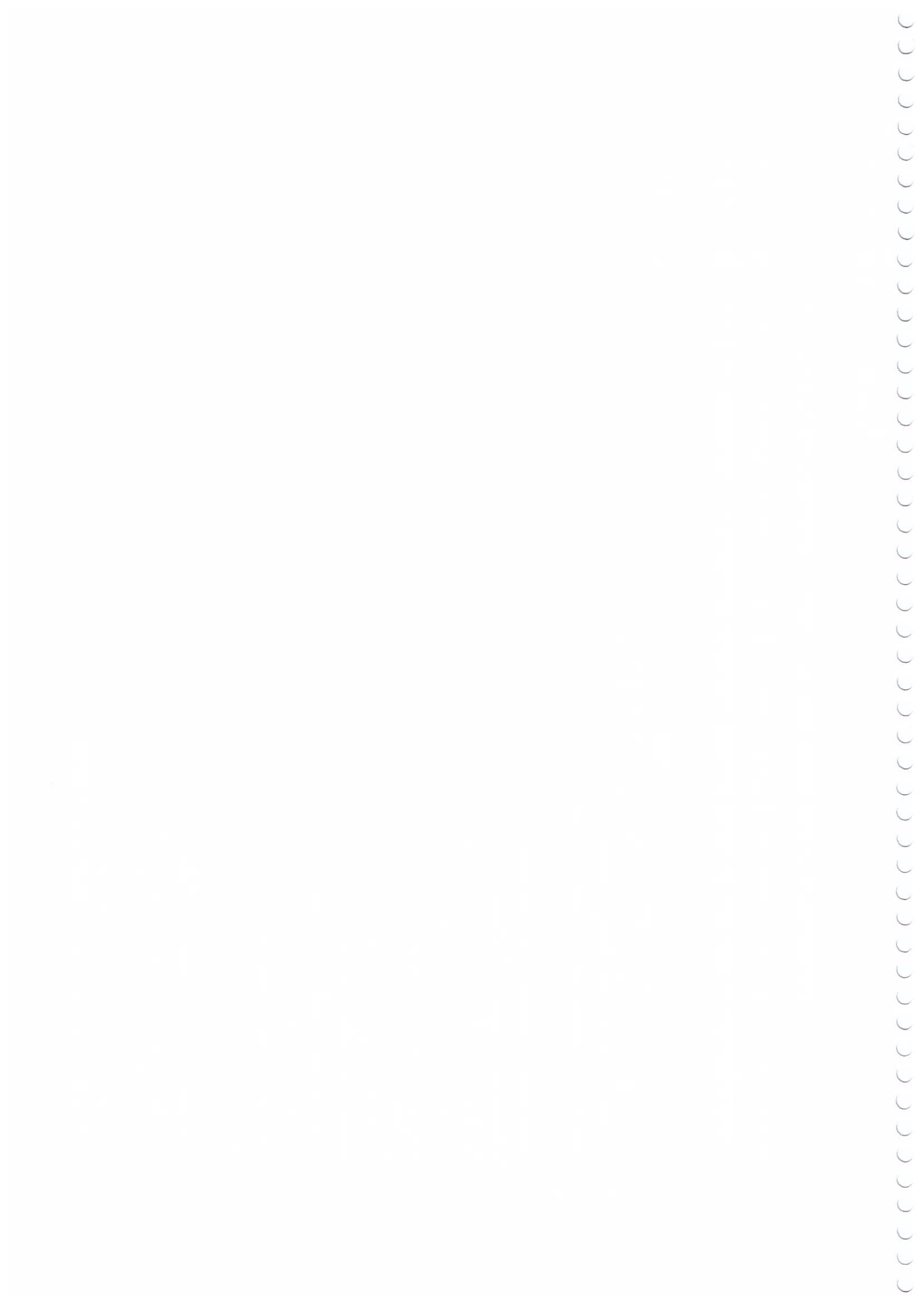
1. A promoção de fontes alternativas de energia limpa (biomassa, solar, eólica,..) e expressamos nosso rechaço à energia nuclear, assim como a democratização, descentralização e gestão pública da energia de maneira a garantir o direito dos povos, incluindo os indígenas e quilombolas;
2. O acesso universal a água potável e ao saneamento básico, assim como aos serviços públicos de qualidade (saúde, educação, transporte público, etc), assegurados pelo Estado como garantidor dos direitos e necessidade básicas;
3. A reforma agrária e a promoção da agroecologia (agricultura orgânica, etc), em oposição à privatização do meio ambiente e a abolição de todas as barreiras que impedem as sociedades camponesas de conservar sementes e troca-las entre si
4. Implementar coleta seletiva em todo DF e entorno;
5. Ter política de formação e valorização do trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis;
6. Política de superação da pobreza e extrema pobreza vinculada a um modelo de hortas urbanas agroecológicas;
7. Desapropriação de terras urbanas e rurais, “griladas” ocupadas ilegalmente para moradias (no caso de terras urbanas) e produção de alimentos na area rural do DF;
8. Erradicar o analfabetismo no meio rural do DF, incluindo quilombolas e indígenas respeitando as diversidades destes grupos;
9. Desenvolver programas de documentação para as mulheres trabalhadoras rurais do DF e entorno;
10. Desenvolver, ampliar programas de feiras livres de produtos da agricultura familiar em todas as regiões do DF;
11. Implementar o programa de compra direta de alimentos da agricultura familiar, para merenda escolar e alimentação das pessoas em situação de prisão;
12. , os



CONTROLE DE INSCRIÇÃO DOS GRUPOS TEMÁTICOS

7- Direito à terra e à moradia digna com toda a infraestrutura social, considerando as realidades específicas dos meios rural e urbano e comunidades tradicionais;

	NOME	DOCUMENTO
1	Regina Martins Borges OHOGI	261304
2	Zilda Maria de Souza Lurba	772 803 SSP-DF
3	Maria da Conceição Fátima Ramos	1454 099
4	Yara Oliveira	4168 169 4 SSP SP
5	Marilene Pereira de Oliveira	600 210 DF
6	Maria de Nazareth Redondo	125.633
7	Sandra Regina Maria Oliveira	1.640 723
8	Monica Rios Tenenê	714 987
9	Juma Rios de Lima	1190 678 SSP-DF
10	Genitina de Lira	— / —
11	Wanderley Andrade	— / —
12	Paula da Silva Pereira	620.942
13	Raquel da Costa Ferreira Kolling	148 67 67
14	Maria de Almeida	408 411 SSP-DF
15	Wanderley da Rocha	180 184
16	Sandra Silva	— / —
17	Wellington do Siqueira Rocha	— / —
18	Sara do Siqueira Rocha	— / —
19	Alencar do Siqueira Rocha	— / —
20	Silviana do Siqueira Rocha	— / —
21	Charlene da Silva Rocha	— / —
22	Maria da Rocha / Rita do Rocha	— / —



Grupo 7

23	Rose Luoma		1555126	SSP-DF
24	Aurílica Pereira Nunes Lencalante		1528809	SSP-DF
25	Mariana do Carmo		312751	DF
26	Gláudio Batista - Ferreira		435802	DF
27	Vanilza Alves		745024963	SSP/MA
28	Iranice Casullo dos Santos Macineiro		8455-2242	
29	Alina Carvalho Nascimento Santos			
30	BOISSE MARIA RODRIGUES LEITE		3096003	- 3 SSP/PA
31	Amedeu Batista da Silva		1130321557	- GO
32	Galvina Mendes de Moura			
33	Bumerima da Costa Feres			
34	Patricia de Souza Feres			
35	Patricia da Silva Feres			
36	Luísa Glória dos Santos			
37	Ana Cristina Mendes de Moura			
38	Patrícia Alves Moreira			
39	Daria moreira Batista dos Santos			
40	Dulma Alves de Souza		3116905	ANAPOLIS - GO

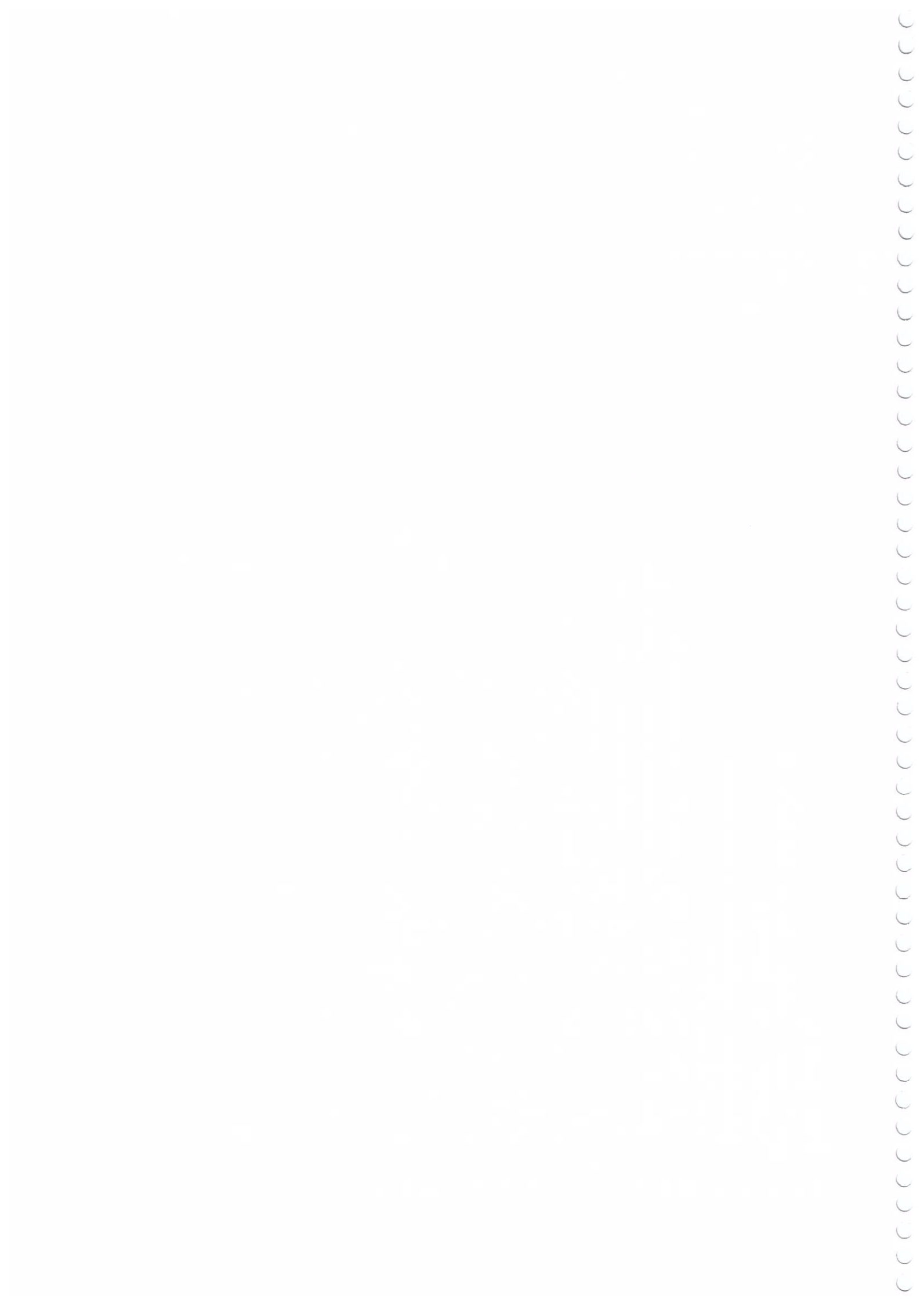
Marina Alves Moreira

Patrícia Ferreira de Moraes

~~Chagal~~ Chagal Batista dos Santos

Evelson Moreira de Souza

MG 15914351 PCEN/CM



3ª Conferência Distrital de Política para Mulheres

Tenda 03 (Sala do Credenciamento)

Grupo 07

“Direito à terra e à moradia digna com toda infraestrutura social, considerando as realidades específicas dos meios rurais e urbanos e comunidades tradicionais”.

Introdução

- Destaca-se que o grupo adotou a dinâmica de fazer um grupo de discussões, nas quais não discutiram as propostas já preexistentes, e sim uma pauta com levantamento de Reivindicações.



Propostas (Etnia Cigana).

- **Direito à Terra e a Moradia.**
- Políticas Públicas que reforcem o âmbito Moradia, garantido pelo Artigo 6º da Constituição Federal de 1988.
- Garantir Direitos e oportunidades Junto à Órgãos competentes em relação às Moradias dignas rurais para a Etnia Cigana para desenvolvimento de atividades tradicionais de sobrevivência e questões Culturais.

Igualdade no mundo do trabalho e Inclusão Social.

- Políticas Públicas que garantam Promoção e Inclusão Social em relação á valorização da cultura.
- Garantir políticas anti-racistas que garantam o Direito ao Trabalho digno e igualitário.



Educação

- Propor políticas que possam assegurar os Direitos á Educação.
- Qualificação para as mulheres ciganas.
- Políticas para as condições voltadas para erradicação das taxas de não alfabetizados.

Propostas (Etnia Indígena).

- **Direito à Terra, Moradia e Cultura**
- Garantias Junto ao IBAMA para reflorestamento das áreas desmatadas no DF em relação ao Bairro Noroeste.
- Garantia do GDF o acordo estabelecido entre membros indígenas, FUNAI, TERRACAP e Construtoras que preconiza a saída dos indígenas com todas as garantias que foram estabelecidas para a saída do Noroeste.

